



**Ata da 150ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM)
do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.**

Data: 10 de agosto de 2021, às 13:30hs.

Endereço virtual da reunião:

<https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>

1 Aos 10 de agosto de 2021, às 13:30hs. **Endereço virtual da reunião:**

2 <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w> reuniu-se a URC – Unidade
3 Regional Colegiada do Norte de Minas, no Auditório da Supram Norte de Minas - Rua Gabriel Passos,
4 50, Centro, Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
5 Suplentes: como Presidente: Yuri Rafael de Oliveira Trovão, indicado formalmente pelo Presidente;
6 Secretaria SEAPA: Titular: Sérgio de Oliveira Azevedo; Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico – SEDE: Suplente: Rafael Pereira da Silva, Instituto de Desenvolvimento do Norte e
8 Nordeste de Minas Gerais - Idene; 1º Suplente: Aldrin Jones dos Reis; Secretaria de Estado de
9 Infraestrutura - SEINFRA: 2º Suplente: Leander Efrem Natividade; Empresa de Pesquisa e
10 Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG: Titular: Polyanna Mara de Oliveira; Secretaria de Estado
11 de Desenvolvimento Social – SEDESE: Titular: José Renato Dias; Polícia Militar do Estado de Minas
12 Gerais – PMMG: 2º Suplente: 1º Sargento PM Leandro Marques de Souza Tavares; Conselho
13 Regional de Biologia 4ª Região – CRBio-04: Titular: Caroline Reis; Ministério Público de Minas
14 Gerais -MPMG: Titular: Daniel Piovaneli Ardisson; Prefeitura Municipal de Montes Claros; 2º
15 Suplente: Vinicius Queiroga Silva; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG: 2ª
16 Suplente: Laila Tupinambá Mota; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG:
17 Titular: Juvenal Mendes Oliveira; Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado
18 de Minas Gerais – FEDERAMINAS: 2º Suplente: Antônio Carlos Meneghin; Sindicato dos
19 Produtores Rurais: José Avelino, Grufinch: 2ª Suplente: Alda Maria Silva de Sousa; CAA/NM:
20 Titular: Álvaro Alves Carrara, Instituto de Ciências Agrárias – Campus Montes Claros – ICA/UFMG:
21 Titular: Rúbia Santos Fonseca; Faculdade Santo Agostinho de Montes Claros – FASAMOC: Titular:
22 Hélio Gomes de Paula, favorável; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG: Titular: Paulo
23 Renato Alves Oliveira. Estiveram também presentes a Dra. Mônica Veloso de Oliveira da SUPRAM
24 NM, e Técnicos da SUPRAM NM.

25 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão** declara aberta a 150ª Reunião Ordinária da Unidade Regional
26 Colegiada do Norte de Minas do Conselho de Política Ambiental – COPAM - no dia 10 de agosto de
27 2021 às 13h 39min. Havendo quórum, convida todos para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro.

28 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

29 **2. Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente**
30 **da URC NM, Valéria Cristina Rezende.**

31 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão** faz leitura de memorando com sua indicação:
32 “Memorando.SEMAD/GAB - SE.COPAM.nº 110/2021 - Belo Horizonte, 27 de julho de 2021. Para:
33 Conselheiros da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (NM) do Conselho Estadual de
34 Política Ambiental (Copam). Assunto: Presidência da 150ª Reunião Ordinária da Unidade Regional
35 Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental, a ser realizada no dia 10 de
36 agosto de 2021. Referência: do Processo no SEI é nº 1370.01.0014149/2020-42. Senhores
37 Conselheiros, Diante da impossibilidade de comparecimento do Titular e 1º Suplente, representantes
38 do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) junto à Unidade Regional
39 Colegiada Norte de Minas (URC/NM), conforme composição estabelecida pela Deliberação Copam
40 nº 1.559 de 6 de abril de 2020, indico o Sr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, para presidir a 150ª



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

41 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, que será realizada no dia 10 de
42 agosto de 2021, às 13h30min, inteiramente digital, seguindo as Deliberações do Comitê
43 Extraordinário Covid-19, além das demais normas relacionadas às ações de combate à pandemia
44 gerada pelo novo Coronavírus. Atenciosamente, Valéria Cristina Rezende - Secretária Executiva do
45 Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC Norte de Minas”. Solicita que a
46 secretaria anexe o referido memorando aos processos em julgamento. O **Presidente** diz que tem dois
47 vídeos institucionais para apresentar ao Conselho. O primeiro é referente a que a SEMAD e o IEF
48 investem R\$ 40 milhões na prevenção e combate de incêndios florestais. Uma série de ações já estão
49 sendo executadas pelo Governo de Minas Gerais para prevenção e combate aos incêndios florestais
50 em 2021. Ao todo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o
51 Instituto Estadual de Florestas prevê um investimento de cerca de R\$40 milhões para as ações durante
52 a temporada crítica de incêndios que vai de julho a outubro. Entre as medidas adotadas existe a
53 implantação de 10 unidades operacionais em unidades de conservação e com bases operacionais de
54 força tarefa Previncêndio distribuídas por Minas Gerais. As bases têm a capacidade de atender
55 rapidamente as ocorrências registradas na Unidades de Conservação sob gestão do IRF, nas ações
56 conjuntas com os demais órgãos da Força Tarefa e Previncêdio. Além disso, a contratação de
57 brigadistas, compra de veículos, equipamentos, parceria para uso de pista de pouso em RPPN em
58 Porto Cajueiro, entre outras ações. Confira mais informações no vídeo. O **Vídeo** mostra que o Governo
59 de Minas, por meio da SEMAD e do IEF, investe cerca de R\$ 40 milhões para as ações de prevenção
60 e combate e combate aos incêndios de 2021. O recurso está sendo investido na contratação de
61 brigadistas, compra de veículos e equipamentos reforço e implantação de bases operacionais, entre
62 outras ações. **Marília Melo**, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
63 diz que se está contratando mais 260 brigadistas voluntários e já se tem hoje 115 atuando nas unidades
64 de conservação. Esse efetivo de brigadistas temporários praticamente triplica a capacidade de resposta
65 com o pessoal dentro das unidades de conservação. **Antônio Malard**, Diretor-Geral do Instituto
66 estadual de Florestas, diz que ficou claro o suporte e o efetivo dos 260 agentes de parques. Tem-se
67 um efetivo de pessoal bem superior aos que se teve em nos anteriores. **Marília Melo** diz que se tem
68 também 08 “air tractors” que são aeronaves que ajudam no combate já contratados e estarão
69 disponíveis para o combate nas unidades de conservação, junto com a frota própria do Governo do
70 Estado de Minas Gerais, operada pela Polícia Militar e também pelo Corpo de Bombeiros e pela
71 Polícia Civil. Diz que se está preparando a cada dia para a minimização do tempo de combate a
72 incêndios. **Rodrigo Belo**, Gerente de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – IEF -, diz que se
73 trabalha para debelar a ocorrência no estágio inicial. O melhor é sempre conseguir o combate bastante
74 eficaz e rápido especialmente em agosto, setembro e outubro, quando as ocorrências ficam mais
75 severas, mais intensas e mais numerosas. **Antônio Malard** diz que se tem também para este ano o
76 implemento de 10 novas bases operacionais e, aliado a isso, outros equipamentos e veículos que já se
77 têm disponíveis para as ações de combate aos incêndios florestais. **Marília Melo** diz que, em algumas
78 unidades de conservação, já se tem sistema de monitoramento com apoio de vídeo vigilância. Em
79 outras se trabalha com rondas constantes seja com funcionários próprios do IEF seja com apoio da
80 Polícia Militar, da Polícia Ambiental, além de toda mobilização do Corpo de Bombeiros. O **Coronel**
81 **Edgardo Estevo da Silva**, Comandante-Geral de \Bombeiros Militar de Minas Gerais, diz que foram
82 mais de 200 bombeiros treinados especificamente na ação de combate a incêndio em vegetação Fez-
83 se também com que se pudesse ter a Operação Onda Verde, onde se fizeram vistorias de fiscalização
84 em lotes vagos. Foram mais de 10.000 vistorias até o presente momento. Isso fez com que se
85 diminuísse o número de atendimento a incêndio em vegetação em 27% comparando com o ano
86 passado. O texto do **vídeo** continua: O Governo de Minas gerais assinou, nesta quarta-feira (14), em
87 Januária, no Norte de Minas, um Termo de Cooperação Técnica entre a SEMAD, o IEF e a Usina de
88 Coruripe. A parceria vai possibilitar que o Estado utilize a pista de pouso e decolagem e instalações



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

89 da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Porto Cajueiro, mantida pela usina, no
90 atendimento de ocorrências de incêndios florestais no Norte e Nordeste de Minas. A ação vai otimizar
91 e acelerar a resposta às ocorrências registradas na região. O Acordo ainda tem a participação da
92 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) e do Departamento de Edificações e
93 Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), que vão realizar o asfaltamento da pista que será
94 utilizada para pousos e decolagens de bombeiros militares e brigadistas. **Marília Melo** diz que esse
95 é o trabalho que hoje apresenta, um grande esforço do Governo do Estado para minimizar o impacto
96 desses incêndios florestais que geram perdas a nossa biodiversidade, que geram comprometimento à
97 poluição do ar e também podem causar risco a nossa população. O **Presidente** diz que a outra
98 informação é como a tecnologia ajuda a preservar o maior primata das Américas do Parque do
99 Brigadeiro. Garantir a preservação de uma das espécies mais ameaçadas do planeta, esse é o objetivo
100 do Projeto Montanha dos Muriquis, que utiliza drones com câmeras de alta definição para o
101 monitoramento e manejo dos muriquis-do-norte, o maior primata das Américas. O trabalho é
102 desenvolvido no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mata mineira. A
103 unidade de conservação administrada pelo IEF concentra uma das maiores populações de muriquis-
104 do-norte e do mundo com cerca de 300 indivíduos, quase 30% do global da espécie. O texto do **vídeo:**
105 Tecnologia ajuda a preservar maior primata das Américas no Parque do Brigadeiro. Garantir a
106 preservação de uma das espécies mais ameaçadas do planeta. Esse é o objetivo do projeto Montanha
107 dos Muriquis, que utiliza drones com câmeras de alta definição para o monitoramento de muriquis-
108 do-norte. O trabalho é desenvolvido pela ONG Muriqui Instituto de Biodiversidade, no Parque
109 estadual da Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mata Mineira, em parceria com a plataforma
110 Semente, mantida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), e apoio do Instituto estadual de
111 Florestas (IEF). A unidade de conservação concentra uma das maiores populações de muriquis-do-
112 norte do mundo, abrigando cerca de 300 indivíduos, quase 30% da população global da espécie.
113 **Leandro Moreira**, Coordenador – Projeto dos Muriquis, diz que esse tipo de drone tem sido usado
114 pela primeira vez em projetos de pesquisa com muriquis. Tem uma série de características e vantagens
115 que o tornam especial. Uma delas é o tamanho. Ele é bem compacto e fácil de transportar. A segunda
116 é eu ele tem tempo de bateria e estabilidade de voo muito boas, e a terceira, e fundamental, é que ele
117 tem uma câmera zoom acoplada. Isso permite que se aproxime a imagem dos animais sem
118 necessariamente aproximar o drone e espantar os animais eventualmente. O avanço que essa
119 tecnologia trouxe para conservação dos muriquis é fundamental, é incrível e veio para ficar. 1 17 37
120 **Texto:** Originalmente existiam cerca de 400mil muriquis-do-norte na Mara Atlântica brasileira,
121 bioma endêmico da espécie. Atualmente, restam pouco mais de 1.000 indivíduos sobrevivendo, em
122 sua maioria nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A União Internacional para Conservação
123 da Natureza (IUCN, sigla em inglês) 1 17 58 considera o muriqui-do-norte uma das espécies mais
124 ameaçadas do planeta mantendo, desde 2011, o primata na IUCN Red List classificado coo
125 “Criticamente em Perigo”. **Rosemeire Belcavelo**, Gerente do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro,
126 diz que as pesquisas são fundamentais para a continuidade da espécie dentro do Parque. Diz que
127 apoiam pesquisadores com alojamento, apoio nas extensões de campo. E acredita que assim o Parque
128 continuará a ser esse viveiro natural da espécie do muriqui-do-norte. Nas campanhas de educação
129 ambiental têm o mascote que é o puriqui. Assim se consegue levar a imagem e a importância desse
130 animal para todas as crianças. **Texto:** O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é considerado por
131 especialistas um dos mais importantes refúgios naturais da espécie, com onze grupos catalogados em
132 seu território. De acordo com a IUCN, Minas Gerais conta com três das quatro maiores populações
133 de muriqui-do-norte conhecidas. Duas delas estão localizadas em áreas de preservação administradas
134 pelo IEF: nos parques estaduais Serra do Brigadeiro e Rio Doce. A terceira encontra-se na RPPN
135 Feliciano Miguel Abdala, no município de Caratinga. Saiba mais em IEF.MG.GOV.BR. O
136 **Presidente** passa para o item 3 da pauta.



137 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

138 **O Presidente** questiona se algum Conselheiro quer fazer uso da palavra. Não havendo manifestações,
139 informa que vai passar ao ponto seguinte da pauta

140 **4. Exame da Ata da 149ª RO de 09/02/2021.**

141 **O Presidente** questiona se há algum destaque quanto à Ata da 149ª RO realizada em 11/05/2021.
142 Não havendo destaque em relação à ata, passa para o processo e votação. Solicita à secretaria que
143 coloque o quadro de votação. **O Presidente** diz que vai colocar em votação. Chama cada
144 representante: **Seapa: Sérgio de Oliveira Azevedo.** **O Presidente** diz que, se estiver com dificuldade
145 no microfone, poderá votar no chat. Diz que depois vota à Seapa. O representante da Seapa se
146 desculpa pelo atraso e vota favorável. **Sede:** Rafael Pereira da Silva, vota, favorável; **Seinfra:**
147 Leander Efrem Natividade vota favorável. **Seapa** também vota favorável. **Idene:** Márcia Versiani,
148 ausente; **Epamig:** Pollyanna Mara de Oliveira, favorável; **Sedese:** José Renato Dias, Favorável;
149 **PMMG:** Sgt Leandro Marques, favorável; **CRBio 4:** Caroline Reis, favorável; **MPMG:** Daniel
150 Piovanelli, favorável; **Prefeitura de Montes Claros:** Vinicius Queiroga Silva, favorável; **Fiemg:**
151 Laila Tupinambá, favorável; **Faemg;** Juvenal Mendes Oliveira, favorável; **Federaminas:** Antônio
152 Carlos Meneghin, favorável; **Sindicato dos Produtores Rurais:** José Avelino, favorável; **Grufinch:**
153 ausente; **Adisc:** ausente; **CAA/NM:** Álvaro Alves Carrara, favorável; **ICA/UFMG:** Rúbia Santos
154 Fonseca, favorável; **Fasamoc:** Hélio Gomes de Paula, favorável; **OAB/MG:** Paulo Renato Alves
155 Oliveira, favorável. **O Presidente** informa que a ata está **aprovada por 17 votos favoráveis, 03**
156 **ausências.**

157 **5. Municipalização do Licenciamento Ambiental: orientações institucionais e ações de**
158 **engajamento aos municípios. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
159 **Desenvolvimento Sustentável - Semad.**

160 **O Presidente** informa que a apresentação será feita por Geovana Santos e lhe dá boas vindas.
161 **Geovana Santos**, da Assessoria de Apoio à Gestão Municipal da SEMAD diz que o tema vai
162 apresentar á orientações que vem passando para os municípios tanto para engajamento como para
163 poder fomentar uma gestão ambiental descentralizada e harmônica também, Apenas para situar a
164 pauta da municipalização no Sisema, tem-se no âmbito da SEMAD a SURAM – Subsecretaria de
165 Regularização Ambiental – e a SUARE, e essas duas unidades têm como objetivo fomentar a gestão
166 ambiental descentralizada de forma democrática participativa, eficiente. A DAGEM é a Diretoria que
167 busca promover a articulação com os órgãos e entidades municipais para cumprir com essa missão.
168 Diz que se tem quatro principais frentes de atuação. Primeiramente o apoio aos municípios no âmbito
169 da competência originária. Depois vai falar sobre a coordenação dos processos de delegação para as
170 competências estaduais. Também realiza capacitações para gestores, técnicos e conselheiros dos
171 Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Ainda desenvolvem projetos e ações de fomento à
172 descentralização de licenciamento ambiental. Diz que, quando se fala de municipalização, é muito
173 comum os municípios buscarem saber sobre os convênios, termo que ficou popularizado até de forma
174 equivocada, o que é importante esclarecer. Dentro mesmo do Sisema, ou até em outros órgãos de
175 meio ambiente, vê-se um pouco dessa dúvida em relação aos convênios Para que o município comece
176 a licenciar ele não carece de firmar um convênio com o Estado. Fala-se de dois tipos d competência,
177 competência que é do município e a competência que é delegada pelo Estado. A diferença é que a
178 competência originária é aquela que é do município por lei. A Lei Complementar 140 atribuía as
179 competências de cada um dos entes federativos, atribuía ao município um papel de grande relevância
180 na regularização ambiental. É dessa competência que s está falando que é, de fato, do município por
181 lei. Para que o município possa exercê-la, ele pode fazer de forma individual ou pode fazer por meio
182 de consórcio. No caso dos convênios, significa que, quando o município celebra um convênio com o
183 Estado, ele está assumindo uma competência que é estadual pela legislação. O Estado está delegando
184 a ele o poder de polícia para que ele possa realizar licenciamento, controle e fiscalização em nome do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

185 Estado. Isso ocorre geralmente em municípios maiores. Belo Horizonte, Betim, Contagem são
186 municípios que têm convênios há muitos anos para realizar as competências estaduais. Esses
187 convênios podem se4r firmados também com o IEF, que é o caso em que se tem o IEF como partícipe.
188 E também a delegação das ações administrativas relacionadas às intervenções ambientais. Os dois
189 modelos de convênios são sujeitos a um acompanhamento, uma auditoria pela SEMAD. Além disso,
190 tem-se ações subsidiárias e supletivas. Subsidiárias, quando o município aciona para ter apoio técnico,
191 administrativo, científico. Supletivo é quando o Estado age em lugar do município, passa a exercer o
192 papel do município que está na legislação, competência originária, porque o município ainda não tem
193 os requisitos legais para instalar, realizar o licenciamento. Destaca que se faz também o
194 acompanhamento dos convênios, como já disse, e provê a atualização do sistema de informações, o
195 SIMMA, Sistema Municipal de Meio Ambiente de Minas Gerais, que está disponibilizado no sítio da
196 SEMAD. Sobre a competência supletiva, diz que é importante citar que hoje o Estado age
197 supletivamente em relação a quase 700 municípios. Enquanto outros estados tomaram caminho
198 diferente a partir da publicação da Lei Complementar 140, colocando a competência municipal para
199 ser realizada de forma imediata, Minas Gerais fez o caminho contrário. Talvez muito pelo perfil de
200 ter municípios de pequeno porte em sua maioria, o Estado assumiu a competência supletiva para todos
201 esses municípios, que foram se estruturando e avisando o estado para que começassem a iniciar sua
202 competência originária. Com isso, hoje se tem um baixo índice de municípios licenciando. E isso é
203 prejudicial a todo o sistema de meio ambiente que perdeu um papel ativo para o município no
204 processo de regularização ambiental. A política de municipalização está justamente nesse contexto,
205 em que o Estado apoia o município para que inicie suas competências. Isso é bom porque se tem um
206 apuro no âmbito do sistema nacional de meio ambiente, é bom para a população que está mais
207 próxima das decisões ambientais, é bom para o Estado que passa a ter de fato o foco regional que foi
208 disposto na política de regularização. Diz que esse é um pouco do panorama da política e da
209 participação dos municípios no licenciamento ambiental. Diz que há a ainda as ações mais voltadas
210 para a capacitação que gostaria de ponderar. Para se poder fazer esse apoio aos municípios, fazem-se
211 ações de capacitação no sentido amplo. Tem-se um canal de apoio direto que é o
212 dagem@meioambiente.mg.gov.br que é um canal de acesso diário dos municípios, tem caráter
213 permanente em que os municípios podem mandar dúvidas que vão ser esclarecidas pela equipe.
214 Também se disponibiliza material de apoio, duas cartilhas que estão dispostas no site da SEMAD.
215 Também se fazem capacitações técnicas que podem ser introdutórias, podem ser temáticas, podem
216 ser por meio de EAD. Primeiramente se tem a Cartilha de Apoio à Gestão Ambiental Municipal que
217 é um material vivo. Não é feita em PDF. É feita num material que é atualizado constantemente pela
218 equipe da Diretoria e está disposto no site da SEMAD. Ela reúne dúvidas mais frequentes nos
219 municípios nesse processo de municipalização do licenciamento. Mostra alguns temas abordados:
220 requisitos para a municipalização e celebração de convênios; responsabilidades entre o Estado e
221 municípios; como é licenciamento em Minas Gerais; liberdade econômica; autorização para
222 intervenções ambientais, fiscalização ambiental, outorga, Mata Atlântica. Toda vez que se tem um
223 tema que é muito recorrente de dúvida ele passa a fazer parte da Cartilha. Diz que, no caso dos
224 consórcios, cabe uma explicação um pouquinho maior porque o consórcio é uma entidade que tem
225 um grande papel na política de municipalização de Minas Gerais e há muitas dúvidas a respeito da
226 atuação dos consórcios públicos. O consórcio é um instrumento disposto na lei Complementar 140
227 de que os municípios, todos os entes deliberativos podem fazer uso para realizar suas competências.
228 A Deliberação Normativa 213 também trouxe a possibilidade do consórcio para apoiar os municípios.
229 A Lei 21972 e o Decreto 46 937, que tratam da delegação das competências estaduais, eles também
230 trouxeram o consórcio como importante instrumento. O consórcio ataca um dos principais desafios
231 dos municípios, que é a carência de corpo técnico qualificado para fazer frente às demandas locais.
232 Ele [é uma oportunidade de apoio aos municípios que podem compartilhar a equipe técnica para



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

233 análise técnica e jurídica dos processos de licenciamento. Diz que hoje, quando se olha o estado, tem-
234 se 78% dos municípios com menos de 20.000 habitantes. Isso é refletido nesse poder executivo. É
235 um aparato mais enxuto. Com isso a equipe técnica é um dos principais fatores e dificuldades para os
236 municípios exercerem suas competências. O consórcio possibilita o compartilhamento da equipe
237 técnica, podem vir a utilizar de forma ampla os recursos públicos, já que se tem ali um
238 compartilhamento da mesma equipe para equalização das demandas. Hoje em dia, 52% dos
239 municípios que já assumiram o licenciamento o fazem por meio de consórcio público. O estado tem
240 quatro consórcios atuantes e vários consórcios se estruturando para entrar nesse processo. Diz que
241 justamente por se ter esse cenário, elaborou-se junto com a equipe de Desenvolvimento Econômico,
242 que é a pasta do governo que apoia os consórcios públicos de forma geral, uma cartilha para subsidiar
243 a formação dos consórcios. Contou-se com o apoio da Assessoria Jurídica para fazer uma
244 fundamentação, equalizar os principais pontos de dúvidas e também se contou com a Assessoria de
245 Comunicação para divulgação desse material que foi enviado a todos os consórcios e a todas as
246 associações do estado. Diz que parece simples uma cartilha, mas foi a primeira vez que o Estado fez
247 posicionamento institucional sobre a atuação dos consórcios. Desde a publicação da Lei
248 Complementar nunca se tinha materializado isso em orientações para consórcios atuantes. Esse
249 posicionamento foi importante para trazer clareza sobre a matéria, orientar tanto os municípios quanto
250 os consórcios que já estão aí. Com isso se tem um ganho muito grande. A partir do momento em que
251 a política de municipalização é alavancada pela participação dos consórcios, tem-se todos os
252 benefícios potencializados da política de municipalização, que é maior celeridade, maior participação
253 da população, maior eficiência no tratamento dos processos de licenciamento. É muito positivo que
254 se consiga ter esse desenvolvimento da política a partir da participação dos consórcios públicos, mas
255 de forma orientada, pautada pela legalidade, pautada pela segurança jurídica. Mostra alguns temas
256 abordados na cartilha. Diz que há um capítulo específico sobre a formatação dos consórcios públicos,
257 feito pela SEDE. Mais, um pouco da municipalização, um pouco do papel do consórcio, quais são
258 seus limites, quais são suas atribuições. Um capítulo sobre o licenciamento em Minas Gerais e ainda
259 a importância do consórcio na política, as considerações finais, trazendo também as legislações de
260 suporte sobre essa temática. Destaca que, em termos de capacitação propriamente dita, os cursos, os
261 treinamentos, se fazem sempre no primeiro semestre as capacitações introdutórias. Esse ano se fez
262 com a AMN duas oficinas que foram muito bacanas porque se conseguiu reunir em uma grade de um
263 dia fechar oito temas que eram de interesse municipal. Pegou-se todas as áreas do Sisema dos dois
264 sistemas e se manteve sempre na grade o saneamento e a municipalização que se sabe que são temas
265 de grandes dúvidas nos municípios de interesse. Os demais temas foram sendo tratados em outros
266 horários. Teve-se um feedback muito positivo dos municípios que participaram. Nas duas oficinas
267 foram atendidos 600 municípios. Alguns não participaram das duas edições, mas, de modo geral, foi
268 um público significativo. Diz que se faz capacitação por EAD. Lançou-se no ano passado o curso de
269 centralização do Licenciamento Ambiental, que é um curso introdutório também. Ele é voltado para
270 gestores e técnicos municipais e também para conselheiros dos Conselhos de Meio Ambiente do
271 município. Tanto os municípios que não assumiram o licenciamento ainda e estão buscando inteirar-
272 se dessa temática, tanto pela atualização daquele município que já iniciou o serviço de licenciamento.
273 Realizou-se uma edição no ano passado. Em 2021 começou no dia 21/06 e finalizou agora no início
274 de agosto. Finalizaram 135 municípios o curso, mas houve mais de 600 inscritos. Foi de fato um curso
275 com muita aderência, enquanto se teve uma baixa finalização. De toda forma, 135 municípios é um
276 número significativo também comparado ao que se mobilizaria para atender esses municípios de
277 forma presencial. Tem os resultados de 2020, massa não tem bem fechados todos esses pontos para
278 2021, mas no ano passado teve-se 421 gestores e técnicos atendidos de 169 municípios. 90% o curso
279 como bom ou excelente. A meta que se tinha para o Plano Plurianual, que é o plano de médio prazo
280 do Governo, era de 90 municípios em 2020 e se conseguiu atender 183 municípios e 03 consórcios.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

281 Somados os municípios dos consórcios tem-se 170% da meta superada. Isso é de fato um resultado
282 muito positivo. Diz que só para complementar, não está no slide, mas também se lançou no formato
283 de EAD um curso para Fiscalização Ambiental, com inscrições se encerrando na terça feira. Também
284 se vai lançar um curso de Intervenção Ambiental, cujas inscrições serão abertas na semana que vem.
285 Esse formato de EAD, de capacitação virtual, apesar de se encontrarem muitas resistências, é muito
286 positivo e tem sido muito demandado pelos municípios, porque se consegue atender mais municípios
287 o município consegue enviar mais técnicos sem ter custo com diária, com locomoção. Assim se
288 consegue atender mais municípios e mais gestores através de uma única iniciativa. Além disso,
289 também se trabalha com outros projetos para fomentar a descentralização do licenciamento, acionam-
290 se alguns municípios individualmente, justamente os que já têm o Conselho de Meio Ambiente e já
291 têm o órgão ambiental, que trabalha com a pauta do meio ambiente, que são dois requisitos para que
292 o município possa exercer sua competência. Acionam-se esses municípios individualmente para saber
293 o que está faltando, o que ele precisa de ajuda, o que precisa de esclarecimento para que possa iniciar
294 o exercício de suas competências originárias. Também se faz esse acionamento por meio dos
295 consórcios públicos, os consórcios que já atuam em algum serviço ambiental, mas ainda não atuam no
296 licenciamento, e busca-se entender o que está faltando, como se pode ajudar, para que ele possa se
297 estruturar para fazer parte da municipalização do licenciamento. Também se tem procurado iniciativas
298 para apoiar a digitalização da gestão ambiental municipal. Sabe-se que bons sistemas, uma análise de
299 qualquer processo público é um grande desafio para o setor público porque não se tem a mão de obra
300 do programador e coisas que empresas privadas têm. Mas é um caminho sem volta, é o caminho que
301 de fato atende ao empreendedor, ao cidadão, e é um caminho que se precisa trilhar. Nesse sentido,
302 vem-se procurando alternativas para apoiar os municípios cedendo um código de sistema que a
303 SEMAD utilizava anteriormente para que os municípios pudessem utilizar. Também se tem procurado
304 outras saídas nesse sentido. Por fim, vai-se começar, a partir deste segundo semestre, um processo de
305 engajamento regional dos municípios. Sempre se comentou de forma não estruturada, muito
306 espontânea, que os municípios vizinhos conversassem com os municípios que já começaram o
307 exercício de suas atribuições. Diz que essa troca é muito rica, é muitas vezes mais palpável para o
308 município que está pensando em iniciar o licenciamento que ele converse com o Secretário de Meio
309 Ambiente do lado, com o Prefeito do lado, Mesmo os municípios que já licenciam, muitas vezes se
310 vê essa troca espontânea de tirar dúvida sobre algum processo, porque a atividade econômica regional
311 acaba tendo muito da mesma natureza, Tem-se procurado estruturar um projeto para fazer isso de
312 forma de fato mais robusta e conseguir fazer isso em larga escala também. Vai-se começar o projeto
313 que se chama Conexão SEMAD, a princípio. Quer-se começar a realizar em outubro esses encontros
314 regionais que também vão gerar um processo permanente de conexão entre os municípios da mesma
315 região. Todas essas ações são voltadas para o desenvolvimento regional, mas pensando também na
316 descentralização da gestão ambiental. Mostra a cara do site e diz que lá existe uma página sobre a
317 municipalização com todo o passo a passo para o município iniciar o licenciamento. As cartilhas estão
318 dispostas lá, a legislação referente ao tema, e o SIMMA que traz todos os municípios que já estão
319 aptos para licenciar no estado. Diz que é importante falar que o SIMMA é o canal oficial. É para ele
320 que os órgãos de controle se debruçam, é para ele que o Governo Federal se debruça quando busca
321 entender quais municípios estão licenciando aqui. Qualquer município que não esteja lá não está apto
322 a licenciar oficialmente. É um ponto sempre a se observar. Agradece a atenção dos Conselheiros,
323 pede que divulguem para os municípios da região, porque isso é uma pauta muito importante, essa
324 sincronia entre estado e município é fundamental para que se possa programar a qualidade ambiental.
325 O **Presidente** agradece a apresentação da Giovana Santos na URC COPAM Norte e a parabeniza.
326 Questiona se algum Conselheiro tem destaque, alguma dúvida. Solicita que Giovana encaminhe a
327 apresentação para a secretaria para disponibilizar no site da reunião.



328 Passa para os itens dos processos deliberativos. Questiona se algum dos Conselheiros se dá por
329 suspeito ou impedido conforme Regimento Interno, Deliberação Normativa COPAM177, ou a Lei
330 estadual 14184. Não havendo, diz que vai ler a pauta toda. Se houver destaque ou pedido de vista,
331 que se faça logo após a leitura.

332 **6. Processo Administrativo para exame de requerimento para Intervenções Ambientais e**
333 **aprovação de compensação decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio médio**
334 **ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica localizado em áreas prioritárias para a**
335 **conservação da biodiversidade, não vinculado ao Licenciamento Ambiental:**

336 6.1 BEI Brasil Energia Inteligente Ltda. - Linha de Transmissão de 138 kv e subestação - Linhas de
337 transmissão de energia elétrica - Jaíba/MG - PA/Nº 2100.01.0049398/2020-19 - RL: Não se aplica -
338 APP: 22,0800 ha - Tipos de intervenções: 1) Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para
339 uso alternativo do solo - Área Requerida: 5,6089 ha - Área Passível de Aprovação: 5,6089 ha; Área
340 Total de Compensação: 11,4712 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Decidual. Estágio de
341 Regeneração: Médio; 2) Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de
342 Preservação Permanente - APP - Área Requerida: 0,1267 ha - Área Passível de Aprovação: 0,1267
343 ha; Área Total de Compensação: 0,4490 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Decidual. Estágio de
344 Regeneração: Médio. 3) Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de
345 Preservação Permanente - APP - Área Requerida: 0,1207 ha - Área Passível de Aprovação: 0,1207
346 ha; Área Total de Compensação: 0,4490 ha. Fitofisionomia e Estágio de Regeneração: Não se
347 aplica/árvores isoladas; 4) Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área
348 Requerida: 22,2988 ha - Área Passível de Aprovação: 22,2988 ha. Fitofisionomia e Estágio de
349 Regeneração: Não se aplica/árvores isoladas. Apresentação: URFBio Alto Médio São Francisco.

350 **Governo do Estado de Minas Gerais** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
351 Sustentável Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam **Secretaria Executiva - Supram**
352 **Norte de Minas.**

353 Questiona se há destaques. Não há. Diz que há 03 inscritos. Vai ler os nomes, mas já informaram que
354 vão se manifestar somente se houver necessidade: Júlio César Paiola Baroni, Bárbara Silva Pimenta
355 e Eduarda Lott. Questiona se vão querer manifestar-se. Diz que o processo vai para votação.

356 **7. Processo Administrativo para exame de Recurso do Auto de Infração:**

357 7.1 Posto D'Angelis Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de
358 sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de
359 aviação - Montes Claros/MG - PA/CAP/Nº 446174/16 - AI/Nº 54657/2015. Apresentação: Supram
360 NM.

361 **O Presidente** questiona se há algum destaque. Não há destaques nem inscritos. Diz que vai colocar
362 em votação o item 6.1 conforme parecer do UFRBio em votação, e o item 7.1 conforme parecer
363 exarado pela Supram NM. Coloca em votação sempre conforme os pareceres do órgão ambiental
364 Chama cada representante: **Seapa:** Sérgio de Oliveira Azevedo, favorável; **Sede:** Rafael Pereira da
365 Silva, vota, favorável; **Idene:** Márcia Versiani. O Presidente diz que volta depois. O Sr. Aldrin Jones
366 Reis vota favorável. **Seinfra:** Leander Efreim Natividade, favorável; **Epamig:** Pollyanna Mara de
367 Oliveira, favorável; **Sedese:** José Renato Dias, Favorável; **PMMG:** Sgt Leandro Marques, favorável;
368 **CRBio 4:** Caroline Reis, favorável; **MPMG:** Daniel Piovanelli abstém-se nos termos do Ato da
369 Corregedoria Geral do Ministério Público nº2 de 2020, tendo em vista a ausência de prévia
370 manifestação do Exmo. Sr. Promotor de Justiça natural ; **Prefeitura de Montes Claros:** Vinicius
371 Queiroga Silva, favorável; **Fiemg:** Laila Tupinambá, favorável; **Faemg;** Juvenal Mendes Oliveira,
372 favorável; **Federaminas:** Antônio Carlos Meneghin, favorável; **Sindicato dos Produtores Rurais:**
373 José Avelino, favorável; **Grufinch:** Alda Maria, favorável; **Adisc:** Ausente; **CAA/NM:** Álvaro Alves
374 Carrara, favorável; **ICA/UFMG:** Rúbia Santos Fonseca, favorável; **Fasamoc:** Hélio Gomes de Paula,
375 favorável; **OAB/MG:** Paulo Renato Alves Oliveira, favorável. **O Presidente** informa que o item 6.1



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

376 e o item 7.1 tiveram votos favoráveis aos pareceres do órgão ambiental: **18 votos favoráveis, 01**
377 **ausente e 01 abstenção.** Diz que, finalizando a pauta, agradece imensamente a presença de todos.
378 Des seja uma boa tarde, que Deus abençoe todos e dá por encerrada a reunião.

379

380 **8. Encerramento.**

381 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi lavrada a
382 presente ata.

383 Esta é a síntese da reunião do dia 10 de agosto de 2021.

384